

10CPL24_ES

“MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE VIATURAS - AQUISIÇÃO DE BENS-2024”



Peças do procedimento aprovadas por despacho do SREI de 16/10/2024

ÍNDICE GERAL

ANÚNCIOS

PROGRAMA DE CONCURSO

CADERNO DE ENCARGOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

- as referências a normas/homologações técnicas e a especificações técnicas nas peças do procedimento devem ser consideradas, para os devidos efeitos, acompanhadas da menção «ou equivalente»;
- as referências a determinado fabrico ou proveniência, a procedimento específico que caracterize produtos ou serviços prestados por determinado fornecedor, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção nas peças do procedimento devem ser consideradas, para os devidos efeitos, acompanhadas da menção «ou equivalente».

NOTAS:

As indicações constantes do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos prevalecem sobre as indicações do Anúncio, em caso de divergência.

As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

CADERNO DE ENCARGOS

1. CLÁUSULAS GERAIS

2. PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES QUE POSSAM CONDICIONAR O PROCEDIMENTO E A EXECUÇÃO DO CONTRATO

CADERNO DE ENCARGOS

RESUMO

1. CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – Disposições Gerais.....	3
1. Objeto	3
2. Contrato.....	4
3. Esclarecimento de dúvidas	4
4. Preço base.....	5
CAPÍTULO II – Obrigações do cocontratante.....	5
5. Local de entrega.....	5
6. Prazo de execução do contrato	5
7. Requisição e prazo de entrega	6
8. Condições de fornecimento.....	6
9. Avaliação dos bens entregues	8
10. Garantia técnica.....	9
11. Dever de sigilo	9
CAPÍTULO III – Obrigações do contraente público	10
12. Preço contratual	10
13. Adiantamentos	12
14. Condições de pagamento	12
15. Mora no pagamento	12
CAPÍTULO IV - Condições de Modificação ao contrato.....	13
16. Disposições gerais.....	13
17. Entregas complementares.....	13
18. Revisão de preços	13
19. Cessão da posição contratual	16
CAPÍTULO V – Incumprimento do contrato	16
20. Sanções contratuais.....	16

21. Extinção do contrato.....	17
22. Resolução do contrato pelo contraente público	17
23. Resolução do contrato pelo cocontratante.....	18
24. Força maior	18

CAPÍTULO VI – Representação das partes e controlo da execução do contrato 19

25. Representação do cocontratante	19
26. Representação do contraente público	19

CAPÍTULO VII – Disposições finais 20

27. Execução do contrato	20
28. Subcontratação.....	20
29. Caução	20
30. Deveres de colaboração recíproca e informação	20
31. Comunicações e notificações	21
32. Contagem dos prazos	21
33. Foro competente	21
34. Equipamentos/outros veículos/sistemas técnicos e características dos bens	21

10CPL24_ES

“MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE VIATURAS - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS (2024)”

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

1. Objeto

1.1. Os quatro contratos a celebrar, um por cada lote, têm por objeto a aquisição de baterias, óleos e massas lubrificantes, filtros, e materiais elétricos, para viaturas¹ da Região Autónoma da Madeira, devidamente identificados no ponto 34. do presente caderno de encargos, através dos seguintes lotes:

- **Lote 1 – Aquisição de baterias.**
- **Lote 2 – Aquisição de óleos e massas lubrificantes².**
- **Lote 3 – Aquisição de filtros.**
- **Lote 4 – Aquisição de material elétrico.**

1.2. Com cada contrato, e conforme disposto no ponto 34. do Caderno de Encargos, pretende-se adquirir:

- **Bens novos (de referência)**, de entre os tipos listados nos Anexos A a D do Programa de Concurso, pelos preços unitários da proposta adjudicada;

¹ Veículos automóveis e respetivos reboques de acordo com a definição constante nos artigos 105º e 110º do Código da Estrada

² No caso deste lote, os óleos e massas lubrificantes são, para além das viaturas, para equipamentos e outros veículos.

- **Outros bens não listados** nos Anexos A a D do Programa de Concurso, pelos preços que resultarem da aplicação do(s) desconto(s) médio(s) sobre o "Preço de Venda ao Público - PVP", apresentados na proposta adjudicada. Os descontos médios dos bens novos de origem não poderão ser inferiores a 10%, nem superiores a 30% e os descontos médios para os bens novos das marcas de qualidade equivalente, não poderão ser inferiores a 15%, nem superior a 45%.

2. Contrato

2.1. Fazem parte integrante do contrato (um por cada lote), independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

2.3. Ao contrato aplica-se, naquilo em que este caderno de encargos não dispor de forma diferente, o Código dos Contratos Públicos, em especial o disposto nos artigos 437.º a 449.º.

3. Esclarecimento de dúvidas

3.1. As dúvidas que o cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege o contrato devem ser submetidas ao gestor do contrato antes do início da entrega dos bens requisitados

3.2. O incumprimento do disposto no número anterior torna o cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a devolução/substituição dos bens requisitados.

4. Preço base

4.1. O preço base do procedimento é de **€ 139.000,00**.

4.2. O preço base referente a cada lote é:

- Lote 1 - Aquisição de baterias: **€ 25.000,00**.
- Lote 2 - Aquisição de óleos e massas lubrificantes: **€ 80.000,00**.
- Lote 3 - Aquisição de filtros: **€ 22.000,00**.
- Lote 4 - Aquisição de material elétrico: **€ 12.000,00**.

CAPÍTULO II – Obrigações do cocontratante

5. Local de entrega

Os bens poderão ser entregues nas instalações do cocontratante (caso esta se situe na Região Autónoma da Madeira), nas instalações do contraente público (na Direção de Serviços de Materiais e Equipamentos – DSME) ou num outro local a indicar, consoante as necessidades do contraente público. A indicação do local de cada entrega será dada pela DSME.

6. Prazo de execução do contrato

6.1. Os contratos, um por cada lote, terão a **duração máxima de 1095 dias**.

6.2. O prazo referido no número anterior começa a contar a partir da data de outorga do correspondente contrato.

7. Requisição e prazo de entrega

7.1. Os bens serão entregues à medida que forem requisitados.

7.2. Só serão adquiridos os bens que forem encomendados pelo contraente público.

7.3. Todas as encomendas serão feitas por escrito (ordem de compra).

7.4. Após cada encomenda, o cocontratante entrega os bens no prazo máximo de 30 dias.

7.5. Quando se tratar de bens não listados no caderno de encargos, para as quais o cocontratante apenas propôs desconto médio, a encomenda referida no ponto 7.4. é precedida de orçamentação e da respetiva análise.

7.6. Nos casos referidos no ponto 7.5. a orçamentação é solicitada por escrito e deve ser apresentada pelo cocontratante, no prazo máximo de 5 dias.

7.7. No caso de bens não listados, o contraente público enviará pedido de orçamentação conforme modelo próprio. Sempre que possível o orçamento fornecerá o preço para o bem novo de origem da viatura/equipamento e outro veículo, e o preço para o bem novo de outras marcas. O preço do bem novo de outras marcas não poderá ter um preço superior ao do mesmo bem novo de origem.

7.8. Após cada entrega, o contraente público verificará a conformidade dos bens entregues. No caso de não aceitação dos bens entregues, o cocontratante deverá regularizar a situação no prazo que vier a ser razoavelmente estabelecido pelo contraente público.

7.9. Em casos de rutura de stock e/ou descontinuidade dos produtos, o cocontratante deverá comunicar imediatamente esse facto ao contraente público dentro dos prazos anteriormente fixados (consoante se trate da entrega ou da eventual regularização) podendo, nestes casos, recorrer-se à suspensão do prazo de entrega.

8. Condições de fornecimento

8.1. O cocontratante fica obrigado a entregar os bens novos (de referência), de acordo com a identificação e características constantes do caderno de encargos e da proposta, e pelos preços indicados nesta, ou pelos que resultarem da revisão de preços (quando aplicável). De igual modo, os

outros bens não listados que venham a ser encomendados pelo contraente público serão faturadas pelos preços resultantes da aplicação dos descontos médios (bem novo de origem ou bem novo de qualidade equivalente) indicados na proposta.

Estes bens (não listados) deverão respeitar os requisitos dos anexos A a D do programa de concurso, ou seja, os valores mínimos/máximos referentes aos bens que vieram de origem nas respetivas viaturas, equipamentos e outros veículos que virão a integrar o parque de veículos e equipamentos da RAM.

8.2. Na eventualidade de, durante a execução do contrato, serem afetos ao parque de veículos e equipamentos da RAM, outros equipamentos/veículos que necessitem deste tipo de produtos, os mesmos poderão ser adquiridos ao abrigo do respetivo contrato, desde que tenham o devido enquadramento em termos de objeto.

8.3. Nos casos previstos no número anterior, em que outros bens (que se revelem necessários) venham a ser requisitados pelo contraente público para equipamentos/ veículos não identificados em nenhum dos lotes do presente procedimento, os mesmos serão faturados pelo preço e /ou pelos descontos médios indicados na proposta. O preço dos bens novos não listados antes do desconto a aplicar, deverá ser o preço de Venda ao Público (PVP) que represente um valor adequado e que não desvirtue o seu valor real de mercado.

Em caso de dúvida, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de analisar o valor dos bens não listados à luz da informação que o mercado disponibiliza.

8.4. Todos os bens móveis (peças e/ou consumíveis) que venham a ser requisitados deverão ser entregues novos e em perfeito estado.

8.5. Todos os bens podem ser solicitados nas quantidades que se revelarem necessárias, desde que não seja ultrapassado o limite do preço contratual de cada lote.

8.6. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam eventualmente necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

8.7. Todas as despesas e custos de transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos

para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante.

8.8. Relativamente ao lote 2, para além das obrigações referidas nos números anteriores, o cocontratante fica também obrigado a prestar os serviços de assessoria técnica sobre bens fornecidos (constantes do caderno de encargos e da proposta), nomeadamente:

a) Equivalência de lubrificantes referenciados pelas marcas das viaturas, equipamentos e outros veículos.

b) Planos de lubrificação para viaturas, equipamentos e outros veículos.

c) Análises de óleos (cerca de 80 análises durante o período do contrato) para efeitos de avaliação/decisão dos planos de lubrificação, análise de avarias e da manutenção condicionada/preditiva.

8.9. Não haverá lugar a qualquer pagamento pela elaboração dos orçamentos que sejam solicitados pelo contraente público.

9. Avaliação dos bens entregues

9.1. O contraente público, por si ou através de terceiros por ele designado, pode proceder, à avaliação quantitativa e qualitativa dos bens entregues com vista a verificar, respetivamente, se correspondem às quantidades, e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos para os mesmos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

9.2. Durante a fase de avaliação, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

9.3. No caso em que, em relação a um dado bem fornecido, da avaliação prevista nos n.ºs anteriores, não resultar comprovada, a conformidade com as exigências legais que lhe são aplicáveis, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos por ele definidos no presente Caderno de Encargos (caso em que não se considera(m) aceite(s)), o contraente público deve disso informar por escrito o cocontratante ou quem o represente para proceder à

regularização da situação no prazo que vier a ser razoavelmente estabelecido pelo contraente público.

9.4. Se durante a execução do contrato surgir a impossibilidade do cocontratante entregar os bens (de referência) da proposta adjudicada, poderão ser aceites pelo contraente público, mediante teste de avaliação da respetiva qualidade demonstrados através de documentação técnica fornecida pelo cocontratante, o recurso a alternativas, desde que cumpram os parâmetros propostos, nomeadamente em termos de qualidade e do preço unitário (que não pode ser superior ao da proposta).

9.5. O cocontratante deverá propor, sempre que se revelar oportuno, melhorias que permitam maior flexibilidade e consequente redução dos custos dos bens.

10. Garantia técnica

10.1. O prazo de garantia para todos os bens móveis (bens novos de referência e bens novos não listados), é aquele que consta da respetiva proposta não podendo, no entanto, ser inferior a 36 meses e superior a 60 meses.

10.2. A garantia do bem fornecido deverá cobrir todos os defeitos do material, nomeadamente de fabrico e danos no transporte. Neste período, o cocontratante dos bens é obrigado a substituir, por sua conta, todo o material e acessórios que revelem deficiências.

10.3. No caso dos lotes 2 e 3, a garantia dos bens (óleos, massas lubrificantes e filtros) a garantia deverá cobrir o custo de reparação ou custo de substituição das peças cujos danos (deterioração e/ou inadequação) sejam imputados ao lubrificante ou filtro proposto/fornecido.

10.4. Durante o prazo de garantia, a receção/aceitação não dispensa o cocontratante, em caso algum, de satisfazer todas as obrigações decorrentes das condições de garantia e que têm de estar, em conformidade com a legislação em vigor, à data do fornecimento dos bens.

10.5. A data a considerar para efeitos de contagem do início da garantia dos bens, é a da devida fatura e da receção destes pelo contraente público.

11. Dever de sigilo

11.1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

11.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

11.3. Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

11.4. A obrigação de sigilo do cocontratante estende-se a todos os seus colaboradores e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

11.5. O cocontratante devolverá ao contraente público, no termo do contrato, todos os elementos que estejam na sua posse e demais documentações obtidas durante a vigência do contrato.

CAPÍTULO III – Obrigações do contraente público

12. Preço contratual

12.1. O preço contratual, para cada lote, será determinado a partir:

- Lote 1
 - do preço unitário proposto pelo adjudicatário (no caso dos bens novos de referência) e do preço que resultar da aplicação do(s) desconto(s) médio(s) sobre o "Preço de Venda ao Público - PVP", apresentado(s) na proposta sobre o valor de cada bem (no caso dos outros bens não listados), em função das quantidades efetivamente fornecidas. Para este mesmo Lote 1, o preço contratual é determinado, também, e quando aplicável: pelo desconto unitário (resultante da proposta) pela entrega de cada bateria usada (no caso das baterias listadas) e pelo

desconto unitário médio (resultante da proposta) pela entrega de bateria usada (no caso de baterias não listadas). O preço contratual é, ainda, determinado, com a inclusão da taxa ecovalor;

- Lote 2
 - do preço unitário proposto pelo adjudicatário (no caso dos bens novos de referência), e do preço que resultar da aplicação do(s) desconto(s) médio(s) sobre o "Preço de Venda ao Público - PVP", apresentado(s) na proposta sobre o valor de cada bem (no caso dos outros bens não listados), em função das quantidades efetivamente fornecidas. O preço contratual é, também, determinado, com a inclusão da taxa ecovalor;
- Lote 3
 - do preço unitário proposto pelo adjudicatário (no caso dos bens novos de referência), e do preço que resultar da aplicação do(s) desconto(s) médio(s) sobre o "Preço de Venda ao Público - PVP", apresentado(s) na proposta sobre o valor de cada bem (no caso dos outros bens não listados), em função das quantidades efetivamente fornecidas;
- Lote 4
 - do preço unitário proposto pelo adjudicatário (no caso dos bens novos de referência), e do preço que resultar da aplicação do(s) desconto(s) médio(s) sobre o "Preço de Venda ao Público - PVP", apresentado(s) na proposta sobre o valor de cada bem (no caso dos outros bens não listados), em função das quantidades efetivamente fornecidas;

e terá como limite máximo o valor da despesa autorizado para cada lote:

- **Lote 1** - Aquisição de baterias: máximo **€ 25.000,00 (sem IVA)**.
- **Lote 2** - Aquisição de óleos e massas lubrificantes: máximo **€ 80.000,00 (sem IVA)**.
- **Lote 3** - Aquisição de filtros: máximo **€ 22.000,00 (sem IVA)**.
- **Lote 4** - Aquisição de material elétrico: máximo **€ 12.000,00 (sem IVA)**.

12.2. O valor máximo da despesa para cada um dos anos económicos, e as condições da sua execução, serão fixados no clausulado contratual. Considerando o valor máximo da despesa para cada ano económico, os valores não executados em cada ano económico não transitam para o(s) ano(s) económico(s) seguinte(s), salvo se o contraente público promover a correspondente reprogramação, comunicando tal facto ao cocontratante.

12.3. Só serão pagos os bens efetivamente fornecidos.

13. Adiantamentos

Salvo o disposto na parte final do n.º 4 do artigo 292.º do CCP, não se prevê qualquer adiantamento de parte do preço a pagar pelo contraente público ao cocontratante.

14. Condições de pagamento

14.1. A faturação dos serviços prestados será efetuada à medida do fornecimento.

14.2. O pagamento será efetuado, no prazo máximo de 60 dias, após a data da receção da fatura, que corresponderá à data do correspondente registo de entrada.

14.3. Nas faturas ou documentos equivalentes, não deverá ser feita qualquer menção à data de vencimento, mas, sim, ao prazo de vencimento mencionado no número anterior.

15. Mora no pagamento

Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, conforme disposto no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV - Condições de Modificação ao contrato

16. Disposições gerais

Sem prejuízo da aplicação do disposto nos artigos 311.º e seguintes do CCP, referentes à modificação objetiva do contrato, respetivos fundamentos, limites e consequências, o contrato apenas pode ser modificado nos termos e de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes.

17. Entregas complementares

17.1. O contraente público pode ordenar a execução de entregas complementares, nos termos e desde que preenchidos os requisitos previstos no n.º 2 e no n.º 3 do artigo 370.º, aplicável ex vi artigo 447.º -A, ambos do CCP.

17.2. O cocontratante tem a obrigação de proceder a entregas complementares de bens que lhe sejam ordenados pelo contraente público, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 371.º e 447.º-A do CCP.

17.3. A responsabilidade pelas entregas complementares é determinada nos termos do disposto no artigo 378.º, aplicável ex vi artigo 447.º-A ambos do CCP.

17.4. Às entregas complementares de bens aplica-se o disposto nos artigos 370.º a 378.º aplicáveis ex vi artigo 447.º-A, todos do CCP.

18. Revisão de preços

18.1. Os preços constantes das propostas são revistos semestralmente, de acordo com as seguintes expressões:

➤ Lote 1, 3 e 4

$$Ct_1 = x_1 \frac{IPPI_t}{IPPI_0} + x_2 \frac{IPT_t}{IPT_0} + x_3 \frac{IP(CP07212)_t}{IP(CP07212)_0}$$

Sendo:

$$x_1 = 0.1 \quad x_2 = 0.1 \quad x_3 = 0.8$$

Com o seguinte índice:

- CP07212 - Spare parts for personal transport equipment;

e em que:

- Ct_1 - é o coeficiente de atualização semestral a aplicar ao preço unitário do bem sujeito a revisão.
- $IPPI_t$ - é o índice de preços de produção industrial do INE relativo ao período a que respeita a revisão.
- $IPPI_o$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
- IPT_t - é o índice de preços de transporte do EUROSTAT relativo ao mês a que respeita a revisão.
- IPT_o - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
- $IP(CP07212)_t$ - é o índice de preços do tipo de produto CP07212 do EUROSTAT relativo ao mês a que respeita a revisão.
- $IP(CP07212)_o$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
- x_1, x_2, x_3 - são os coeficientes correspondentes ao peso dos diversos indicadores.

18.2. Os preços constantes das propostas são revistos semestralmente, de acordo com as seguintes expressões:

➤ Lote 2

$$Ct_2 = a_1 \frac{IMU6MPPBP_{t-6}}{IMU6MPPBP_{o-6}} + a_2 \frac{IPPI(IT)_t}{IPPI(IT)_o} + x_2 \frac{IPT_t}{IPT_o} + x_3 \frac{IP(CP07224)_t}{IP(CP07224)_o}$$

sendo:

$$a_1 = 0.21 \quad a_2 = 0.09 \quad x_2 = 0.1 \quad x_3 = 0.6 \quad x_2 + x_3 + \sum_1^n ai = 1$$

com os seguintes tipos de produtos Eurostat, INE e Banco de Portugal:

- CP07224 – Lubricants.
- IMU6MPPBP – índice da média dos últimos 6 meses do preço do petróleo bruto do Banco de Portugal
- IPPI(IT) - IPPI - Indústria Transformadora do INE
- IPT - índice de preços de transporte do EUROSTAT

e em que:

- Ct_2 - é o coeficiente de atualização semestral a aplicar ao preço unitário do bem sujeito a revisão.
 - $IMU6MPPBP_{t-6}$ - é o índice do preço médio dos últimos 6 meses do preço do petróleo bruto do Banco de Portugal ao mês a que respeita a revisão.
 - $IMU6MPPBP_{0-6}$ - é o mesmo, mas relativo ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
 - $IPPI(IT)_t$ - é o índice de preços de produção industrial relativo á indústria transformadora do INE relativo ao mês a que respeita a revisão.
 - $IPPI(IT)_0$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
 - IPT_t - é o índice de preços de transporte do EUROSTAT relativo ao mês a que respeita a revisão.
 - IPT_0 - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
 - $IP(CP07224)_t$ - é o índice de preços do tipo de produto CP07224 do EUROSTAT relativo ao mês a que respeita a revisão.
 - $IP(CP07224)_0$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
 - a_1, a_2, x_2, x_3 - são os coeficientes correspondentes ao peso dos diversos indicadores.
- $$\sum_1^n ai = 0.30$$

18.3. Só haverá lugar a atualização de preços quando a variação, para mais ou para menos do

respetivo coeficiente de atualização “ $ct_{n\text{ atual}}$ ” for igual ou superior a 1% em relação ao último que foi atualizado.

18.4. Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, a revisão dos preços contratuais é efetuada nos termos do disposto no decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o decreto legislativo regional n.º 13/2004/m, de 14 de julho, com as devidas adaptações.

19. Cessão da posição contratual

19.1. É admitida a cessão da posição contratual, desde que sejam observados os requisitos e limites previstos, designadamente nos artigos 317.º e 318.º.

19.2. É admitida a cessão da posição contratual pelo contraente público nas condições previstas no artigo 324.º do CCP.

19.3. O cocontratante poderá ainda ceder a sua posição contratual, nos termos previstos no artigo 318.º do CCP, no caso de incumprimento das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato.

CAPÍTULO V – Incumprimento do contrato

20. Sanções contratuais

20.1. Pelo incumprimento imputável ao cocontratante, nomeadamente por mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, de qualquer das obrigações emergentes do contrato (nomeadamente os prazos constantes no ponto 7. do presente caderno de encargos), o contraente público pode aplicar ao cocontratante uma sanção pecuniária, de acordo com o seguinte:

a) No caso de incumprimento (mora ou cumprimento defeituoso) de qualquer das obrigações emergentes do contrato, ao pagamento que for devido na fatura subsequente à verificação dos incumprimentos serão deduzidos os seguintes montantes, a título de sanção contratual:

N.º DE INCUMPRIMENTOS	PERCENTAGEM A DEDUZIR NO VALOR DA FATURA SEGUINTE
> 3 E ≤ 6	5%
> 6 E ≤ 8	10%
> 8	15% E DIREITO À RESOLUÇÃO CONTRATUAL

A contabilização do n.º de incumprimentos é efetuada de **forma sucessiva e cumulativa**, ao longo do prazo de execução contratual.

b) Em caso de incumprimento definitivo, a sanção aplicada será de até 5% do valor da despesa autorizada para o respetivo lote.

20.2. A aplicação das sanções contratuais será efetuada respeitando os limites e cumprindo as formalidades previstas na legislação aplicável, nomeadamente o disposto no artigo 329.º do CCP.

20.3. Na determinação da imputabilidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

20.4. A aplicação das sanções contratuais nos termos previstos nos números anteriores não obsta ao poder de resolução pelo contraente público, nem à aplicação das disposições relativas à indemnização por mora e incumprimento definitivo nos termos gerais de direito.

21. Extinção do contrato

São causas de extinção do contrato, as referidas no artigo 330.º do CCP.

22. Resolução do contrato pelo contraente público

22.1. À resolução do contrato pelo contraente público aplica-se, em especial, o disposto no artigo 448.º *ex vi* artigo 451.º, bem como o disposto nos artigos 325.º e ss., todos do CCP.

22.2. Considerando o estabelecido no artigo 325.º do CCP, e sem prejuízo do disposto no número anterior, o contraente público pode resolver o contrato, total ou parcialmente, por incumprimento definitivo quando, após a notificação para cumprir, o cocontratante não proceda à prestação do serviço ou não proceda à regularização de qualquer outra causa que obste ao exato e cumprimento das obrigações contratuais, no prazo que razoavelmente lhe for fixado para o efeito.

22.3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se unilateralmente e deve ser comunicado por escrito ao cocontratante, e não obsta à aplicação das sanções contratuais previstas no presente caderno de encargos nem à aplicação das disposições relativas à indemnização por mora e incumprimento definitivo nos termos gerais de direito.

23. Resolução do contrato pelo cocontratante

23.1. O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos na lei.

23.2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

23.3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º *ex vi* artigo 451.º do Código dos Contratos Públicos.

24. Força maior

24.1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

24.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

24.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

24.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

24.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO VI – Representação das partes e controlo da execução do contrato

25. Representação do cocontratante

A execução de cada contrato será acompanhada, por parte do cocontratante, por quem este identificar no contrato.

26. Representação do contraente público

A execução de cada contrato será acompanhada, por parte do contraente público pelo gestor do contrato designado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

CAPÍTULO VII – Disposições finais

27. Execução do contrato

27.1. Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados, devem proceder à entrega dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do mencionado diploma, sem prejuízo do disposto no seu n.º 5.

27.2. Nos termos do disposto no artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, compete ao Gestor do Contrato, sem prejuízo das funções que lhe são atribuídas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do referido diploma.

28. Subcontratação

28.1. É admitida a subcontratação no próprio contrato e na fase de execução do contrato, desde que sejam observados os requisitos e limites previstos, designadamente nos artigos 317.º, 318.º e 319.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 320.º do CCP.

28.2. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do cocontratante, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratados e que seja exercido o direito consagrado no artigo 321.º-A do CCP.

29. Caução

Não é exigível a prestação de caução para nenhum dos contratos a celebrar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

30. Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

31. Comunicações e notificações

31.1. As notificações dos atos no âmbito da execução do contrato são efetuadas nos termos do disposto no artigo 467.º do CCP, preferencialmente, através de correio eletrónico, para o endereço que for indicado.

31.2. As comunicações entre as partes no âmbito da execução do contrato são efetuadas nos termos do disposto no artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, preferencialmente, através de correio eletrónico, para os endereços que forem indicados.

31.3. As notificações/comunicações que sejam realizadas por via postal, serão efetuadas para o endereço postal que for indicado.

31.4. Qualquer alteração dos endereços constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

32. Contagem dos prazos

Na fase de execução do contrato os prazos contam-se de acordo com as regras previstas no artigo 471.º do CCP.

33. Foro competente

Para resolução de eventuais litígios decorrentes da execução do contrato as partes recorrerão ao tribunal administrativo competente.

34. Equipamentos/outros veículos/sistemas técnicos e características dos bens

Sem prejuízo do disposto nos pontos **1.2. 7.2.** , no tocante aos bens não listados, e nos pontos **8.2. 8.3.** , a identificação, as características e parâmetros dos correspondentes bens móveis (bens novos de

referência e bens novos não listados) constam dos mapas em EXCEL, disponibilizados como **Anexo 3 , Anexo 4, Anexo 5 e Anexo 6** (consoante os lotes), ao programa de concurso.

PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES QUE POSSAM CONDICIONAR O PROCEDIMENTO E A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Em função do objeto do contrato, não são exigíveis pareceres prévios, licenciamentos e autorizações que possam condicionar o procedimento e/ou a execução do contrato.